

CIDADES HISTÓRICAS NA CONTEMPORANEIDADE – O ESTUDO DE CASO DE TIRADENTES-MG

Deborah Castro, Liliane Sayegh, Cristiane Canuto,
Denise Gonçalves (orientadora)
beto_takashita@yahoo.com.br

As cidades rotuladas como “históricas” carregam o estigma de um relevante desenvolvimento - político, econômico ou sociocultural - durante determinado período da história da humanidade. Frequentemente a historiografia limitou-se a abordá-las baseando-se em características de determinados modelos ou “estilos”, a partir de recortes temporais, criando a ilusão de que é possível congelar o tempo e desse modo desconsiderando que a cidade, assim como qualquer outro objeto social, não pára, constituindo uma estrutura complexa que angaria, absorve e exporta políticas de desenvolvimento e culturas diferentes no tempo e no espaço.

A cidade deve ser abordada em seus diversos aspectos - políticos, sociais, culturais, econômicos - a partir de dados diversos, gerais e específicos, mas cuidando-se para não se cair em fragmentos de análise ao se parcializar o entendimento sobre o processo de desenvolvimento urbano, formulando estudos restritos, a partir de determinados enfoques de interesse.

É fundamental a compreensão de que todos estes aspectos variam no tempo, criando uma acumulação de situações impregnadas no espaço. Por isso consideramos que o tempo histórico da cidade não é linear, mas abriga tempos descompassados que se cruzam de formas diferentes, marcados por rupturas ou descontinuidades. *A cidade (...) nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas ao mesmo tempo, a cidade está inteira no presente.*¹

Faz-se então necessária uma nova análise histórica das cidades, que não se fixe apenas nos dados demográficos, limites físicos, tipologias e hierarquias funcionais, signos e modelos pré-determinados de sociedade ou cultura, mas, que estude a real prática social co-relacionada com os demais modificadores do espaço urbano no tempo, e não apenas a sua representação.

Para entender a cidade histórica na contemporaneidade, a cidade de Tiradentes foi escolhida como objeto de estudo por representar um dos mais importantes exemplos do ciclo do ouro e ainda preservar boa parte de suas características do período colonial. Pretende-se uma análise que leve em conside-

ração as transformações ocorridas em seu tecido urbano ao longo do tempo, e que deixaram marcas identificáveis na forma atual da cidade.

Entende-se que as cidades intituladas como históricas não se resumem ao “centro histórico”, mas possuem uma dinâmica que extrapola os limites hierárquicos criados pelos mecanismos de preservação, pela mídia ou pelo turismo. Portanto, serão feitos estudos que englobam também as áreas adjacentes ou periféricas, onde se desenvolve boa parte da vida cotidiana da cidade. Como afirma Argan, *se hoje não mais considerarmos significativo de valores histórico-ideológicos apenas o monumento, mas também a casa de moradia ou a oficina artesanal, e em geral, mais o tecido do que o núcleo representativo, isso se deve sem dúvida ao fato de que o tipo de sociedade coletivista do nosso tempo se recusa a reconhecer como expressão história apenas as formas expressivas das grandes instituições*².

Desse modo, consideramos que um estudo científico e detalhado sobre a formação e desenvolvimento de cidades históricas e a sua inserção na contemporaneidade é fundamental para servir de subsídio para futuras intervenções na cidade, compreendendo que cada modificação a influencia como um todo, não atingindo apenas os chamados “centros históricos”. Novas realidades são criadas a todo instante, assim torna-se necessária a compreensão de um processo temporal, interrelacionado com todas as suas variantes, que abrigue essas novas situações na conjuntura global urbana das cidades históricas. A importância desse tipo de abordagem reside também no fato dela instigar a discussão sobre os valores sociais locais, o que é imprescindível para se estabelecer critérios para a conservação do patrimônio histórico.

Histórico da cidade de Tiradentes

As origens da cidade de Tiradentes remontam aos primeiros anos do século XVIII, quando da descoberta de minas de ouro na região da bacia do Rio das Mortes. A aglomeração inicial, chamada Arraial Velho e vinculada à vila de São João del Rei, é elevada em 1718 à categoria de vila, com o nome de São José. Com o declínio das atividades de mineração desde meados do mesmo século, a vila entra em processo de retração econômica, processo este que se estende pelo século seguinte, apesar das tentativas de revitalização da região com a instalação de uma companhia mineradora inglesa, a implementação da navegação a vapor no Rio das Mortes e a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas em 1881, ligando a cidade ao resto da província. Sua elevação à categoria de cidade em 1860 - primeiramente mantendo o nome de São José, substituído em 1889 pelo de Tiradentes como homenagem, por ser sua terra natal – não impediu que

¹ LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana* – Bernard Lepetit. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 139-145.

² ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.77

chegasse à virada do século XX com população bastante reduzida e limitando-se a atividades agropecuárias.

Desde então, e até o tombamento pelo SPHAN em 1938, as modificações no espaço urbano da cidade são limitadas e pontuais, concentrando-se no entorno do núcleo original setecentista que se manteve praticamente intocado. A estagnação econômica faz com que em torno dos anos 70 seu aspecto de abandono seja desolador, com vários imóveis em ruínas; é quando a cidade é redescoberta no que diz respeito tanto à qualidade de seu conjunto arquitetônico e paisagístico quanto às suas potencialidades turísticas. A partir de então, iniciativas de particulares e do IPHAN, que aí instala um escritório técnico, promovem a restauração do casario assim como medidas de recuperação urbanística. Tiradentes torna-se aos poucos importante pólo turístico da região, característica que se acentua fortemente nas últimas décadas, provocando modificações profundas em sua estrutura físico-ambiental, social e econômica.

Qualquer análise histórica da cidade de Tiradentes deve levar em consideração uma série de aspectos. Sob o ponto de vista da paisagem, além de abrigar um acervo arquitetônico dos mais relevantes dentro do quadro das cidades históricas brasileiras, Tiradentes apresenta um patrimônio paisagístico e ambiental não menos importante. A presença marcante de bacias hidrográficas e, sobretudo, da Serra de São José, caracterizam sua paisagem ao mesmo tempo em que constituem fatores determinantes de seu desenvolvimento urbano, formando, juntamente com o casario setecentista, um cenário ímpar que constitui o maior fator de atração para a cidade.

Outro fator de complexidade de suas estruturas é a transformação física que esta sofreu nas últimas décadas como consequência do desenvolvimento do turismo, principalmente nos últimos dez anos, período em que o processo se intensificou. A primeira delas consiste na mudança no tipo de ocupação do centro histórico que foi esvaziado da população local de origem, e da sua função primordialmente residencial, para acolher estabelecimentos turísticos: hoje ele é quase exclusivamente ocupado por pousadas, restaurantes, comércio e, em menor proporção, casas de fim-de-semana ou férias. A população que aí residia passou a ocupar a região periférica ao centro formando novos bairros, no que foi acompanhada por novos moradores atraídos pelo quadro aprazível da cidade e pelas possibilidades de inserção na crescente e promissora atividade econômica.

Sob o ponto de vista social, o contexto atual da cidade não é menos complexo. A população antiga do centro histórico transferiu-se para a periferia, o que transformou sua relação com ele: de moradia, este passou a ser em muitos casos local de trabalho. Com o desenvolvimento do turismo, algumas profissões tradicionais, como a ourivesaria por exemplo, foram substituídas pelo

trabalho nas pousadas, restaurantes ou no comércio, ao mesmo tempo em que muito do artesanato local passou a ser produzido pelos novos habitantes que se estabeleceram na cidade nas últimas duas ou três décadas.

O centro histórico, apesar de protegido pelas normas e critérios de intervenção do IPHAN, é pressionado pelas necessidades do turismo: adaptação do casario a novos usos, circulação intensiva de pessoas e veículos, inclusive pesados, estacionamento irregular, etc.

Sob o ponto de vista ambiental, por um lado não existe infraestrutura urbana suficiente para absorver os altos índices de aumento populacional durante eventos, feriados, etc., e por outro, o desenvolvimento do turismo ecológico tem sido um fator modificador do meio ambiente na região da APA e entorno da cidade³.

Pressupostos teóricos

A forma é o resultado espacial de diversas relações existentes no urbano. Sendo o objetivo proposto um estudo analítico da mesma, é necessário então que se compreenda o conceito desta palavra, além de tornar claro quais são as suas relações com o espaço urbano. A forma pode ser definida como o aspecto visível de um objeto qualquer. Assim, tanto uma casa é a forma de um objeto, como o seu conjunto inserido numa quadra determinando um bairro e também este, ao ser multiplicado com inúmeras variáveis se relacionando, dá forma a uma cidade. Ela pode até ser vista, num primeiro olhar, como a imagem, a superficialidade do objeto. Porém não devemos nos ater apenas ao seu aspecto tridimensional. É necessário aprofundar o tema em uma visão crítica que procure compreender como e por que esta imagem se cria, saindo de um pensamento estático e considerando, assim, a dinâmica produtiva do objeto.

Sendo a cidade o objeto em questão a análise recai sobre o seu espaço produzido pelas várias relações entre a sociedade e o espaço geográfico que a comporta. Segundo Marsílio Ficino, *a cidade não é feita de pedras, mas de homens*⁴. Ou seja, uma cidade é formada por muito mais do que sua estrutura física, seus edifícios, ruas, esquinas, sinais, etc. Ela é, constantemente moldada a partir da relação da sociedade com esta estrutura. É fruto da vivência e das experiências tanto individuais quanto coletivas. A forma é configurada a partir da valorização humana sobre o espaço visual da cidade. Retomando Argan, *devemos, portanto, levar em conta, não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita*⁵. E é a partir da concretização destes valores que são criados os

³ FUNDAÇÃO ALEXANDER BRANDT. *Op cit*, p.63.

⁴ ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.p.228

⁵ Idem.

símbolos que caracterizam a paisagem urbana. Estes representam as referências criadas na cidade a partir da identificação, assumida tanto como percepção quanto como contemplação. Esse aspecto remete à relação função e valor, sendo, por sinal, um conceito intrínseco ao outro: *não há função sem valor, nem valor sem função*⁶. A atribuição de valores é dada, justamente, quando se tem a percepção – que valoriza a função – e quando se contempla algo – dando função ao valor. A conservação é, então, invocada quando se pretende estender ao longo do tempo exatamente os símbolos que remetem a alguma valorização por grupos sociais com experiências parecidas. Mesmo que a própria valorização sofra mutações, perdurando o objeto, porém mudando o significado do mesmo.

Ainda podemos recorrer a Francastel e sua idéia de que uma forma não é autônoma, mas é diretamente relacionada com o imaginário humano dentro de organizações de matérias distintas. O homem, então, *concretiza um universo cujas dimensões correspondem à sua natureza e às suas capacidades de intervenção efetivas, e que estão manifestas, tanto nos seus actos como nas suas representações. Qualquer ação, qualquer imagem é, de certo modo, criadora da realidade*.⁷ A cidade é um aglomerado de pessoas e experiências, conseqüentemente, é espacializada através das relações entre seus moradores, entre outras cidades e outras pessoas, construções e desconstruções de lugares e locais, relações políticas, econômicas; enfim, a cidade comporta um emaranhado de relações que a preenchem e dão forma. Em especial as experiências e atribuições de valor individuais possuem destaque pela importância enquanto modo de construção e percepção visual urbana, excedendo a idéia homogênea que se tem acerca da sociedade.

Mas a forma da cidade não é estática, ela muda conforme as relações existentes dentro dela, ou seja, é uma constante metamorfose e engloba todos os fragmentos desconexos deixados por diversas épocas, durante toda a sua história. Ela é então, fortemente marcada pelas temporalidades. Assim sendo podemos ter em vista, partindo de LEPETIT, *a historicidade como um processo temporal complexo, no sentido de que o sistema vê seus elementos surgirem de uma pluralidade de tempos descompassados cujas modalidades de combinação geram mudança a cada instante*⁸. Por isso não é conveniente que se elabore uma análise da cidade num pensamento linearmente evolutivo apenas, pois a mesma comporta referências tantas e tão variadas quanto ao seu aspecto formal e de uso que se torna um objeto bastante complexo para uma pesquisa unifocal.

Cada lugar de uma cidade, cada edifício, obviamente se origina no passado, cada qual com seu ritmo, sua função ou uso primários que, com o

tempo, tendem a serem reinterpretados. Assim, mesmo que a forma perdue, o seu uso se diferencia. Ainda segundo LEPETIT, *os tempos da cidade são fortemente demarcados. Nada indica que eles se ajustam continuamente à conjuntura econômica, às variações de população, às mudanças de hábitos dos cidadãos*⁹. Por isso o pensamento do urbanismo não consegue contemplar a cidade como um todo, pelo fato de não considerar o cotidiano nela presente com todas as suas temporalidades e peculiaridades que não são de forma alguma controláveis. Podem-se considerar aqui as contradições como formas diferenciadas de apropriação individual ou mesmo coletiva das inúmeras formas existentes na cidade, espacializando-a e dando caráter único e exclusivo a cada uma. O fato remete às práticas urbanas, ou seja, às práticas do espaço, os espaços vividos.

Desse modo, para a compreensão do fenômeno urbano é fundamental considerar a dimensão histórica que determina a relação entre forma e sociedade, já que é através da história que a segunda molda a primeira, por meio das assimilações e atribuições de valor nas experiências vividas. Sob esse ponto de vista, a paisagem urbana, que envolve a dimensão histórica e uma certa subjetividade do imaginário, vem a ser um elo entre a natureza e a sociedade, onde o homem é um agente modificador. O elo está na relação associativa da forma e da percepção social. Esse processo faz surgir a dimensão cultural uma vez que advém de mecanismos simbólicos. Ainda a respeito da noção de paisagem urbana, pode-se dizer que é o espaço geográfico a partir do momento em que suas transformações formais são resultado das práticas sociais, sendo, além disso, conseqüência histórica acumulativa.

O espaço geográfico deriva, então, da forma acrescida de valores sociais atribuídos, ou seja, nele a forma é somada ao cotidiano – este constitui um dos fatores produtivos do espaço, além de outros dois níveis, político e econômico, partindo da visão marxista de Henri Lefebvre. O cotidiano também é visto, segundo Michel de Certeau, como uma contraposição aos planos urbanísticos que intencionam um controle urbano: *a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se 'urbaniza', mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico*¹⁰.

As práticas urbanas dissolvem a cidade-conceito, pois ao considerá-las afirma-se a impossibilidade de se controlar, planejar, ou até mesmo, educar a sociedade urbana. O conceito de cidade assim deve ser revisto já que ela não se encerra num espaço estável: de um lado, a explosão urbana ultrapassa os limites

⁶ Idem, p. 229.

⁷ FRANCASTEL, P. *Imagem, visão e imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 62.

⁸ LEPETIT, Bernard. *Op cit*, p. 138.

⁹ LEPETIT, Bernard. *Op cit*, p. 139-145.

¹⁰ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p. 174.

físicos antes observados, de outro, a percepção do usuário da cidade ao caminhar por ela faz dele um atualizador constante e anônimo de seu espaço.

Assim é conveniente que se observe o cotidiano como um regulador do espaço. Considerando-se a dinâmica construtiva, o cotidiano, assim como os percursos e relatos de seus habitantes, organiza o espaço, ainda que essa organização seja mais da ordem do imaginário do que do espaço físico. Nesse caso, o lugar se distingue do espaço por ser o primeiro a formalização das relações de coexistência, e o segundo uma dinâmica constituída por essas relações, com tempos e velocidades variados : *em suma, o espaço é um lugar praticado*, como afirma Certeau ¹¹.

As cidades contemporâneas passam por mudanças significativas em suas relações econômicas, políticas e sociais, que fazem com que se modifiquem também sua estrutura, forma e atribuições de valores. Esse fato gera novas formas de acumulação, novos lugares que acabam ganhando valor de uso e novas contradições espaciais produzidas por meio de um processo reprodutivo social – entre espaço público e privado, espaço do consumo e consumo do espaço, fragmentação e globalização do espaço.

Cada vez mais há uma tendência dos usos e apropriações da cidade pela sociedade se subordinarem ao mercado, ou seja, o espaço se retrai, pois há uma inflexão de valores de troca e uso. Outro fator determinante nesse processo é a nova atividade produtiva criada a partir da exploração espacial: o turismo e o lazer; ou seja o espaço que se transforma em mercadoria, tornando-se uma nova forma de acumulação. Vale retomar a idéia de que o espaço geográfico é dado tanto pela localização como também por seu conteúdo, o último sendo resultado de relações sociais, o que faz do espaço um produto histórico e social. O espaço transformado pelo consumo é então banalizado por ser superficial, sem conteúdo e sem história, sendo apenas uma imagem vendida ou comprada. Como observa Ana Fani Carlos, *nesse sentido os lugares passam a ter existência real através da sua trocabilidade, através da atividade dos promotores imobiliários que servem do espaço como meio voltado à realização da produção*¹². Até mesmo os processos de apropriações passam por mecanismos reguladores determinados pelas leis do mercado, globalizando-se na pretensão de homogeneizar os fragmentos cada vez menores dentro do urbano. Em função dessa nova realidade o turismo acaba tendo o poder de destruir antigos lugares inserindo neles valores imediatos, reduzindo assim a realidade a um simulacro,

criando imagens que formam um mundo sem substância, trocando os símbolos por signos.

Justamente por se encontrar hoje num mundo onde a imagem é a comunicação primordial, a mídia acaba construindo mundos ideais, lugares com-práveis carregados de valor de troca, lugares ausentes de vivências: *sem exceção, trata-se de espaços dominados por estratégias de marketing e que só têm o sentido que lhe é conferido pelo marketing na medida em que são vistos como uma imagem e um signo de bem-estar e felicidade que apaga sua configuração de mercadoria, mas é redutor da realidade que pretende representar*¹³. O espaço sem espessura, ou seja, sem história, gera um consumo de si próprio, gera a produção do consumo do espaço, e, nesse contexto, a informação carrega em si mais valor que o conhecimento. O espaço, agora uma mercadoria, é impregnado por um valor de troca, e não de uso. O homem aqui também perde sua função de produtor a acaba se tornando o “consumidor do espaço”.

A nova contradição contribui para uma visível segregação espacial, onde os locais são determinados pelo seu valor comercial. O acesso aos lugares se dá de acordo com o poder aquisitivo individual, para espaços de moradia e até mesmo para os espaços turísticos ou de lazer, onde até a natureza é reproduzida e ganha valor de troca. Aliás, essa relação do homem com a natureza é um exemplo transparente da criação de lugares/não-lugares, espaços somente para consumo, relacionados com a mimesis. Ela estabelece a produção do reprodutível, fazendo do visual algo fictício, cópia do real, sem contexto ou conteúdo.

Baseando-se nos pressupostos aqui explicitados, a proposição de análise formal recai sobre nosso objeto de estudo, como já foi dito a cidade de Tiradentes-MG, a começar por sua paisagem que, além do casario e ruas sinuosas, conta com a presença marcante da Serra de São José. Esta não só emoldura o conjunto como também constitui um limite natural para o desenvolvimento da cidade. O centro histórico possui ainda hoje muitas características setecentistas preservadas graças ao tombamento feito pelo IPHAN, mas essa estrutura central se tornou um lugar turístico. Desse modo foi modificada, assim como seus arredores imediatos, quanto a suas relações de uso e apropriação, passando da função primordialmente residencial a puro cenário, onde praticamente todos os edifícios comportam estabelecimentos comerciais e pou-sadas. As ruas são invadidas por multidões de visitantes, por carros e outros veículos, mesmo não tendo sido criadas para suportar tamanho fluxo. Até mesmo culturalmente Tiradentes perde suas características frente à diversidade cultural trazida por seus novos moradores e/ou empreendedores, pessoas de

¹¹ CERTEAU, M. *Op cit*, p. 202.

¹² CARLOS, Ana Fani. “Novas” contradições do espaço. In: *O espaço no fim do século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 66.

¹³ CARLOS, Ana Fani. *Op cit*, p. 68.

outras cidades e estados que migraram por questões econômicas – estabelecimento de comércio e serviços – e trouxeram para lá várias manifestações estranhas ao contexto local, tais como o artesanato e o tipo de comida vendidos.

Como fruto desse processo ocorre também a explosão física da cidade, ou seja, o surgimento de bairros periféricos habitados tanto por antigos tiradentinos como pelos novos ocupantes que trazem novos padrões espaciais: como exemplo, o bairro planejado do Parque das Abelhas, com lotes desenhados segundo uma malha ortogonal que contrasta com o traçado sinuoso que caracteriza a cidade. As modificações se dão ainda dentro da própria função residencial: muitas das casas possuem agora a função de residências de veraneio ou de aluguel para os períodos de alta temporada, durante os quais aumenta consideravelmente o número de usuários do espaço urbano, o que confere um caráter heterogêneo e fragmentado à população local. Outra importante consequência desse contexto é o fato de que, apesar do centro histórico ser tombado e ter normas e critérios de intervenção estipulados pelo IPHAN, existem hoje presenças consideráveis sobre ele, resultantes das necessidades de adaptação das edificações e do espaço urbano aos novos usos, assim como ao intenso fluxo de pessoas e veículos.

Esses são alguns dos muitos aspectos modificadores do espaço de Tiradentes que devem ser analisados, a nosso ver, através da observação de suas inter-relações dentro da forma atual da cidade, numa abordagem histórica que leve em consideração as diversas temporalidades intrínsecas ao fenômeno urbano.

Esperamos, com este estudo, contribuir para uma melhor compreensão de seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, para a discussão acerca dos critérios de preservação de seu patrimônio construído.

Referências Bibliográficas

- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CARLOS, A.F. “Novas” contradições do espaço. In: *O espaço no fim do século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. Vol I.
- FRANCASTEL, P. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- FUNDAÇÃO ALEXANDER BRANDT. *Diagnóstico ambiental da APA São José e cidade de Tiradentes*. Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA. 1997.
- LEFEBVRE, H. *La survie du capitalisme*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana – Bernard Lepetit*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: EDUSP, 2001.
- Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e Proposta de critérios e normas de intervenção*. IPHAC. Revisão de maio/1997.
- RONCAYOLO, M. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.
- SANTOS, Milton apud CASTRO, Inês Elias de et alii (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues. *Guia da cidade de Tiradentes antiga São José do Rio das Mortes*. Tiradentes, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Setúbal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996.

Grupo de pesquisa formado em 2004 com o objetivo de dar continuidade a estudos e atividades de extensão desenvolvidas desde 2001 na cidade de Tiradentes-MG, em convênio com o IPHAN/MG. Integrantes: estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da Profa. Dra. Denise Gonçalves. Apoio: CNPq